

## REFERÊNCIA E ONOMÁSTICA

Maria Cândida Trindade Costa de SEABRA<sup>1</sup> (UFMG)

**RESUMO:** O presente trabalho estuda a relação referência e sentido na onomástica. Mostramos que no universo da língua, o nome, o referente e o sentido encontram-se associados na forma e no conteúdo. Já, na onomástica, essa associação, tanto no caso dos *nomes próprios*, quanto no caso dos *nomes de lugares* pode não passar pelo sentido, constituindo uma relação direta nome – referente. Acreditamos que quando conseguimos recuperar, no campo da onomástica, o significado dos nomes, contribuimos para dar uma maior visibilidade à leitura sociocultural de uma região, uma vez que, nesse campo, trabalha-se com um léxico que conserva antigos estágios denominativos.

**RESUMEN:** El presente trabajo estudia la relación referencia y sentido en la onomástica. Mostramos que en el universo de la lengua, el nombre, el referente y el sentido se encuentran asociados a la forma y al contenido. En la onomástica esa asociación tanto en el caso de los nombres propios así como en el caso de los nombres de lugares puede no pasar por el sentido, constituyendo una relación directa nombre – referente. Creemos que cuando logramos recuperar, en el campo de la onomástica el significado de los nombres, contribuimos para dar una mayor visibilidad a la lectura sociocultural de una región, una vez que, en este campo, se trabaja con un léxico que conserva antiguos estadios denominativos.

### 1. Introdução

Tradicionalmente, o léxico é definido como o conjunto de palavras de uma língua, responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade. Transmitidos de geração a geração como *signos operacionais*, é através dos *nomes* que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e idéias, de *crystalizar* conceitos. Assim, o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multiseculares de um povo. A essa ciência lingüística, dá-se o nome de *lexicologia*.

A *Onomástica* se integra à *lexicologia*, caracterizando-se como a ciência da linguagem que possui duas áreas de estudo: a *Antroponímia* e a *Toponímia* – ambas se constituem de elementos lingüísticos que conservam antigos estágios denominativos. A primeira tem como objeto de estudo os nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas ou apelidos.

Transmitido de geração a geração, o nome ou o apelido de família carrega em si todas as marcas da descendência gentílica, não sendo por isso de livre escolha dos cidadãos. A imposição obrigatória do que se convencionou chamar, atualmente, de sobrenome, é o seu traço distintivo, em oposição ao prenome, fruto de um ato volitivo dos pais. [...]

Desse momento em diante, representado pela doação do nome, a criança será levada a familiarizar-se mais intensamente com essa expressão sonora identificada como o seu “repraesentamen” simbólico. Do mesmo modo, esse apelativo será a forma lingüística mais constantemente repetida, em todas as situações em que venha a ser o foco da atenção. O nome doado e conhecido coloca o receptor no centro de convergências positivas e negativas, ou de vetores de forças que definirão personalidades e comportamentos, condutas e estilos de vida, tornando nome e indivíduo uma só entidade.<sup>2</sup>

Já a *Toponímia* se integra à *Onomástica* como disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares. Constitui-se de enunciados lingüísticos, formados por um universo transparente significante que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente:

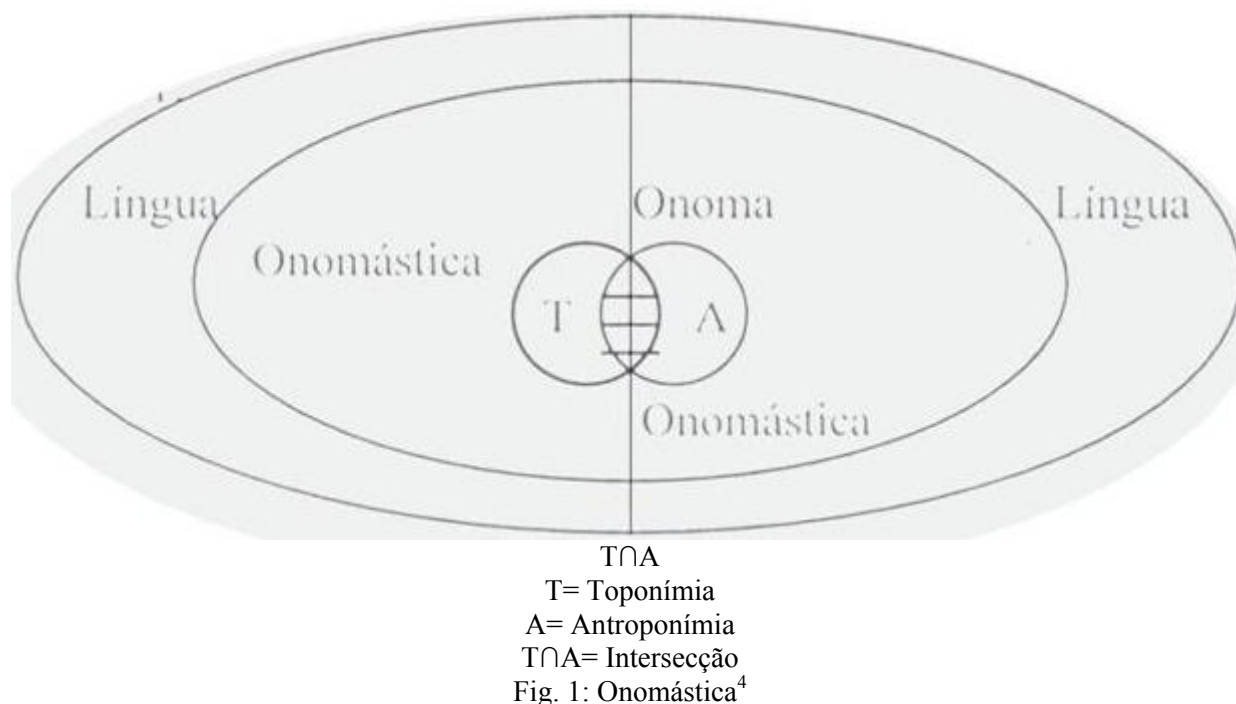
---

<sup>1</sup> Email: seabra@netuno.lcc.ufmg.br.

<sup>2</sup> DICK (2000:218)

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais.<sup>3</sup>

Apesar de se constituírem em campos semânticos de dimensões variáveis da *Onomástica – pessoa e lugar* – têm na mesma uma relação de inclusão, uma vez que se encontram no *onoma*, em uma área de intersecção: o vocábulo ao deixar o seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico, reveste-se de caráter denominativo – em uso dêitico ou anafórico – e passa a ser referencializado como topônimo ou antropônimo, seguindo direções opostas e complementares, conforme mostra DICK (1999), na figura representada a seguir:



À *Onomástica* interessa o *nome* – distinto da palavra – pois pressupõe um nomeador e um nomeado, uma representação externa à qual ele se une: “o nomeador (sujeito, emissor ou enunciador), o objeto nomeado (o espaço e suas subdivisões conceptuais, que incorpora a função referencial, sobre o que recairá a ação de nomear), o receptor (ou o enunciatário, que recebe os efeitos da nomeação, na qualidade de sujeito passivo)”<sup>5</sup>. Nessa transmigração a palavra se desloca do sistema lexical para o sistema onomástico, transcodificando-se, ou seja, do plano onomasiológico da língua (da designação) se integra ao plano semasiológico (da significação). Na construção do processo denominativo, a palavra incorpora o conceito dessa operação mental, cristalizando o *nome* e, assim, possibilitando a sua transmissão às gerações seguintes.

Por se tratar de estudos que envolvem a função referencial ou denotativa da linguagem, não se pode falar em onomástica – toponímia e antroponímia – sem se esbarrar na questão da referência.

A noção de referência, segundo MILNER (2003:85) “*não deixa de dar lugar a discussões desde que a língua foi concebida como um conjunto bem definido, tendo pelo menos uma propriedade distintiva: justamente a que consiste em ‘designar’.*” Ao se associar a uma determinada realidade o signo lingüístico passa a essa se referir, carregando-se de sentido.

<sup>3</sup> DICK (1990:19)

<sup>4</sup> DICK (1999:145)

<sup>5</sup> Idem (1998:103)

## 2. Referência e onomástica

O termo *referência* cobre uma grande variedade de questões relacionadas com o significado. Em um enunciado, quando se menciona um nome, afirma-se ou se diz alguma coisa sobre ele. Mas, por vezes, o significado é tão vago e inapreensível que se torna impossível chegar a uma conclusão relativamente clara sobre esse nome.

Uma das maneiras de abordar o significado consiste em considerá-lo como fazendo parte do conhecimento lingüístico do sujeito falante. Num determinado *universo de discurso*, ou domínio (definido como um conjunto de indivíduos), o nome, o referente e o sentido estariam associados na forma e no conteúdo como representa o triângulo de OGDEN & RICHARDS (1923:11) e ULLMANN (1957:12) reaplicado por LYONS (1977:85), utilizado em estudos lexicológicos, semânticos e, contemporaneamente, na onomástica. A relação triádica sugerida pelos autores citados, pode ser assim representada:

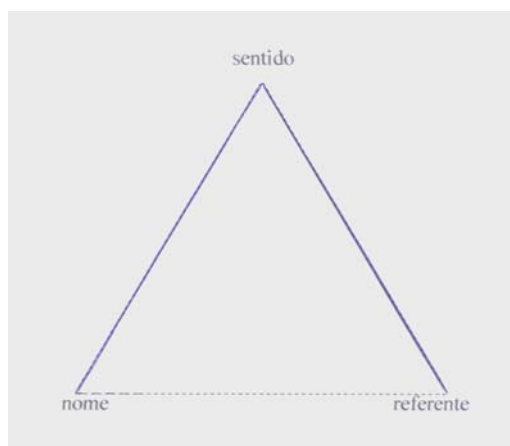


Figura 2: Relação triádica<sup>6</sup>

As linhas que ligam o nome ao sentido e este último ao referente são contínuas, representando relações diretas. Já a linha pontilhada, ligando o nome ao referente, indica uma relação indireta que deve, necessariamente, ser mediada pelo sentido, ou seja, a identificação do referente passa pelo sentido do nome.

Com uma literatura menos extensa nos estudos lingüísticos, a onomástica tem merecido a atenção de pesquisadores quando se põe em destaque a língua como fato social. As questões sobre referência vêm, também, sendo objeto de estudo nessa área. LIBERATO (1997), ao analisar expressões lingüísticas em português, mostra que a identificação, no caso dos *nomes próprios* e dos *nomes de lugares*, pode não passar pelo sentido, sendo remetidos *diretamente* para o referente, resultando no seguinte diagrama que representa possibilidades de relação entre o nome e o referente:

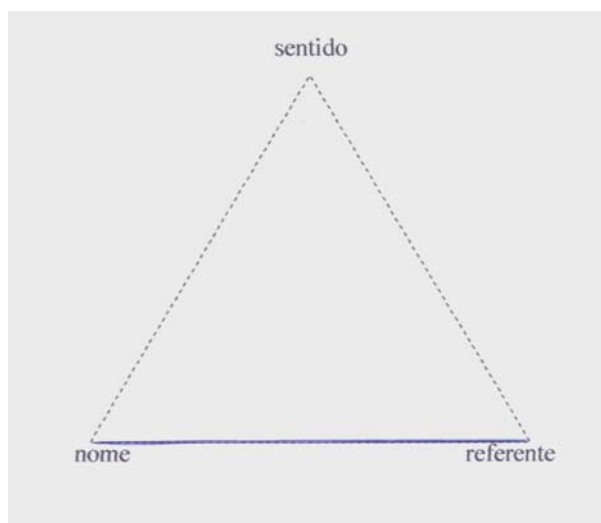


Figura 3: Referência e Onomástica

<sup>6</sup> Há discordância entre vários autores quanto aos termos utilizados e, também, quanto às definições para cada termo. Entretanto, não é objetivo deste trabalho entrar nessa questão.

O topônimo e o antropônimo são, pois, entidades que vão além da expressão lingüística e envolvem, obrigatoriamente, os referentes que destacam. Dentro dessa “teoria causal da referência”, OLIVEIRA (1996) diz que o nome próprio é um “designador rígido”, pois designa um indivíduo de uma maneira única e direta. Mais que isso, acrescentamos que os nomes de lugares, assim como os nomes de pessoas são “designadores rígidos” já que representam ou são os próprios referentes em uma situação de comunicação, podendo-lhes atribuir, por isso, no âmbito dos estudos lingüísticos, certa singularidade.

### **3. Referência e toponímia**

Os nomes de lugares designam de uma maneira única um espaço físico que corresponde a um conjunto de descrições ou, se quisermos, que é identificável por um determinado conjunto de propriedades que só a ele dizem respeito. Na maioria das vezes, essa nomeação se dá quando um lugar é “batizado” por uma pessoa ou por um grupo no início de seu povoamento e esse batismo passa a fazer parte da cadeia de acontecimentos que levou o denominador a associar o espaço físico ao nome, transmitindo-o, em seguida, aos membros de uma comunidade lingüística. Nesse processo, quando se consegue preservar o sentido, preserva-se a informação sobre o lugar.

Por se tratar de nomes que permanecem, às vezes, intactos, outras vezes, levemente modificados, o nome de lugar é provido da função referencial; já o seu sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem atravessando gerações. Tal fato não compromete a comunicação lingüística, já que no caso da onomástica, para a referência ser bem sucedida, não é imprescindível, conforme já mostramos, a relação triádica. Na maioria das vezes, o sucesso de uma referência ocorre quando o ouvinte consegue identificar o referente.

O que rege o uso de topônimos é, pois, a aplicação que o falante faz sobre a capacidade do ouvinte de identificar o referente com base nas propriedades locativas a ele atribuídas através da descrição. Tal fato não está relacionado só a propriedades objetivas das realidades denominadas, já que o léxico toponímico possibilita que o mesmo nome identifique diferentes lugares, correspondentes a diferentes realidades. Sem dúvida, ao refletirmos acerca da função de denominação toponímica percebemos que o ser humano nomeia o mundo que o rodeia, segundo seu saber, isto é, segundo experiências assimiladas do convívio com outros homens, o que nos leva a afirmar que, freqüentemente, a linguagem toponímica se apóia no léxico regional. Assim sendo, acreditamos que as diferentes distribuições toponímicas nas diversas regiões de um país provêm do fato de que se baseiam em distintas maneiras que um grupo social tem de estruturar a experiência de sua realidade, uma vez que não existe uma base estritamente objetiva na língua para distribuição de tais denominações.

### **4. Referência – Onomástica – Rede Social**

Na Onomástica, mais especificamente, em se tratando do nome de lugar, a função simbólica ou representativa do topônimo, isto é, a vinculação do significado de um nome a uma determinada localidade implica necessariamente a pergunta sobre o que ele simboliza, o que representa ou denomina. Como o topônimo permanece na língua enquanto a sociedade muda, o sistema de referência extralingüístico pode ou não se perder.

A manutenção ou o apagamento do significado de topônimos leva-nos a refletir sobre a organização informativa que os cerca. Sabemos que a referência não suscita apenas problemas de sistemática e classificação – as relações são muito mais complexas do que uma relação biunívoca entre palavra e referente – mas também questões históricas e culturais, uma vez que no universo dos nomes de lugares encontramos registros de um passado, de interesses e visão de mundo comuns de um determinado povo. Por isso julgamos que falar de referência em Onomástica implica falar em cultura, história e rede social.

Aprendida, transmitida, herdada de geração a geração pelo homem, mediante a comunicação lingüística, sujeita, portanto, a influências do ambiente, a cultura não representa, unicamente, aspectos da realidade, mas também conecta os indivíduos, os grupos, as situações e os objetos, com outros contextos. Desse modo, o significado se realiza não só por meio de relações convencionais entre os signos e seus conteúdos, mas também por meio de conexões entre aspectos selecionados de várias situações. Como parte integrante da cultura, a linguagem serve para categorizar o mundo através de sistemas de classificação, taxonomias, que podem, por sua vez, ser portadores de inestimáveis indícios sobre crenças e práticas culturais.

Considerada como um produto histórico e, portando, devendo ser entendida dentro do contexto do processo em que se produz, a linguagem, como objeto de mediação que se interpõe entre o homem e o seu entorno, é uma “ferramenta” fundamental para podermos conhecer a memória participativa de uma determinada sociedade, vinculando-nos às suas histórias sociais concretas e a suas instituições.

Os instrumentos onomásticos, de um modo geral e dentre eles, de um modo particular, a Toponímia, são meios importantes de investigação lingüística, indo além da função referencial. Podemos dizer que o uso da língua ultrapassa a mera função nomenclatória; ela reflete o modo de viver de uma cultura e a maneira desta representar os seus valores, conforme bem mostra DICK(1990):

Exercendo na toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas, os topônimos se apresentam, da mesma maneira que os antropônimos, como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada.[...] Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica.<sup>7</sup>

E, também, BYNON (1995):

A análise lingüística de nomes de lugares, tem a indubitável vantagem para o pré-historiador (da linguagem) de o referente estar localizado (com precisão) no espaço geográfico e, em casos afortunados, os (mesmos) lugares serem mencionados em fontes escritas anteriores. Nomes de lugares que incluem nomes de povoados e de traços geográficos tais como montanhas e rios, tendem, como fósseis, a sobreviver mesmo a uma total substituição da língua. Seu potencial para formar uma ligação entre a arqueologia e a lingüística é, conseqüentemente, considerável.<sup>8</sup>

Por se tratar de um campo que envolve a “rede social”<sup>9</sup>, já que os nomes de lugares não encontram expressão fora dela, a investigação toponímica, se articulada a bases culturais, especialmente à antropologia lingüística ou etnolingüística possibilita ao pesquisador buscar o significado dos referentes e comprovar a verdade do nome.

Com essa ferramenta, a referencialidade na Onomástica não necessariamente será opaca, já que ela se definirá no nível da rede social. A referência, observada na teia de um grupo social, liga-se a um jogo em que os interlocutores mantêm um diálogo repleto de significações comuns.

## 5. Arquivos Permanentes x Arquivos Opacos

No universo onomástico de uma determinada região, há nomes de lugares que são referencialmente identificáveis por pessoas que fazem parte de redes sociais afins. Isso ocorre porque tais nomes podem ser facilmente reconhecíveis pela cultura local, permanecendo registrados na memória dos membros daquela comunidade – são os chamados arquivos permanentes. Outras vezes, percebe-se, na mesma comunidade, uma impermeabilidade em muitos de seus topônimos – tratam-se dos arquivos opacos.

Podemos observar que se o topônimo diz respeito a aspectos físicos e naturais de um lugar, constitui-se, na maioria das vezes, de caráter transparente e o sentido do seu referente é mais comumente identificável. Como exemplo, podemos citar, dentre outros, os topônimos *Baixada*, *Vargem*, *Barro Branco*, *Água Suja*, de significação clara, mesmo para quem não é da região a que eles fazem menção.

---

<sup>7</sup> DICK (1990: 21)

<sup>8</sup> BYNON (1995: 263) “The one further avenue to be explored, namely the linguistic analysis of place-names, has the undoubted advantage to the prehistorian that the referent is squarely located in geographic space and that, in fortunate cases, places are mentioned in early written sources. Place-names, which include the names of settlements and of geographical features such as mountains and rivers, tend like fossils to survive even total language replacement. Their potential for forming a link between archaeology and linguistics is therefore considerable.”

<sup>9</sup> MILROY (1987)

O mesmo não ocorre se o topônimo se refere ao universo psíquico e cultural das pessoas que habitam uma determinada região<sup>10</sup>. Nesse caso, muitas vezes, o significado não é transparente, já que o vínculo denominativo se perde com o passar dos anos, tornando-se apagada a noção do “sentido”, podendo o topônimo, por isso, vir, até mesmo, a ser substituído. Entretanto, se nesse mesmo universo, o nome está relacionado à História, esse vínculo se mantém e o seu sentido é mais comumente identificável e recuperável.

Ao estudar a toponímia mineira da Região do Carmo<sup>11</sup>, procuramos resgatar o significado de vários topônimos. Em relação aos nomes próprios, ou antropotopônimos conseguimos realizar uma “colheita” rica de vestígios do passado lingüístico português, que à primeira vista se podia classificar como arquivos opacos. Para ilustrar podemos citar os topônimos *Cibrão* e *Frazão*.

*Cibrão* é um topônimo encontrado no município de Mariana, derivado de *Ciprianus*, nome tirado do calendário cristão – do latim *Cyprianus*, de *Cyprius*: de *Cyprus* “Chipre” – cuja origem se refere a um santo do século IV. Em português o vocábulo evoluiu de *Cipriano* > *Ciprião* > *Cibrão*. LEITE DE VASCONCELOS (1928) explica a mudança do nome e a sua permanência na toponímia:

Dá-se às vezes o caso de se restaurar um nome no uso quotidiano, e continuar a existir uma sua forma antiga na toponímia: ‘Cibrão’, forma antiga, foi restaurado em ‘Cipriano’, como nome de pessoa, e mantém-se em ‘S. Cibrão’, nome de localidade do Norte e da Beira.<sup>12</sup>

Segundo o autor, ao clero deve-se, em grande parte, a restauração dos nomes e a oposição às formas “plebéias”, como ocorreu com *Cibrão*, pois os padres se guiavam pelos nomes que constavam no calendário cristão, em ocasiões como batismo e casamento, impondo-os, impedindo, assim, que a forma popular seguisse sua evolução. Em Portugal, desde o reinado de D. Afonso Henriques (1128-1185), o prestígio alcançado pela Igreja provoca uma forte tendência à utilização de nomes de santos nos batismos de indivíduos cristãos. Segundo CARVALHO (1927), já antes do Concílio de Trento, que impôs os nomes de santos como nomes de batismo, nenhum português recebia nome que não tivesse sido consagrado pela Igreja. Na Região do Carmo esse antropônimo que remete ao sertanista Pedro Ferreira *Cibrão* foi, com toda certeza, um dos primeiros nomes a se revestir de caráter dêitico, ou seja, referencializado como topônimo, mas de significação “vazia”, hoje, para os habitantes do lugar.

A mesma impermeabilidade se observa em *Frazão*, apelido de família de um dos primeiros paulistas que se fixaram na região do Carmo, Pedro *Frazão* de Brito. Sobre esse nome se tem notícia de sua ocorrência no século X, como nome geográfico in *Farazone*. LEITE DE VASCONCELOS (1928:169) cita Johan Garçia de *Farazom*, enquanto confirma ser este apelido de família proveniente de um nome geográfico. No século XIV, finaliza o autor, há a ocorrência do antropônimo Ayra Martinz *Ffarazom*, sem *de*, “e sem ‘de’ se encontra ‘Frazão’ ou ‘Farazão’ em muitos documentos posteriores.”

Não raro nos deparamos com um nome de lugar, de significação à primeira vista impermeável, se revelando, numa análise mais minuciosa, como sendo o último refúgio de um antigo nome comum, o qual no decorrer dos séculos, e por motivos diversos, foi-se extinguindo, embora permanecesse na toponímia. Muitos nomes de família como *Barreto*, *Cunha*, *Fragoso*, *Gama*, *Gesteira*, *Correia*, *Godinho*, *Melo*, *Pimenta*, *Salazar* são topônimos encontrados na Região do Carmo e citados por LEITE DE VASCONCELLOS (1928) referentes a localidades pertencentes ao norte de Portugal. Com a perda da noção de que o apelido geográfico era originariamente complemento indicativo de pátria, procedência – aliás não se sabe em quais apelidos de família essa noção ainda havia na época de suas emigrações – esses nomes ficaram esquecidos como referenciais de origem, mas se perpetuaram através de séculos aqui no Brasil, na região estudada – Região do Carmo, como topônimos, seguindo a tradição do noroeste hispânico dos “possuidores rurais” de deixarem os seus nomes vinculados às terras das quais se ocuparam.

Há, ainda, vários sertanistas que partiram de São Paulo rumo ao ribeirão do Carmo, à cata do ouro nos primórdios do século XVII e que tiveram seus nomes vinculados aos locais em que habitaram. Alguns não se fixaram na região por longo tempo, entretanto deixaram marcas de suas presenças, registradas em antropotopônimos que permanecem nos mesmos locais até hoje, podendo-se citar: Tomás, Gonçalo e João Lopes de Camargo, no povoado de *Camargos*; Francisco Lopes Bonito, no povoado de *Bonito*; Francisco

<sup>10</sup> Neste artigo, o emprego da noção de *região* associa-se a idéia de localização de determinados fenômenos sociais, lingüísticos e culturais. Aqui, o emprego resguarda a etimologia, pois região é vista como “área sob um certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem.” (GOMES, 1995: 53-54)

<sup>11</sup> SEABRA (2004)

<sup>12</sup> LEITE DE VASCONCELOS (1928:505)

Bueno de Camargo, na Fazenda do *Bueno*; Sebastião Rodrigues da Gama, no povoado denominado *Gama*; Bento Leite, Bento Pires, Bento Rodrigues em lugares com estes respectivos nomes; Antônio Furquim da Luz, no povoado de *Furquim*, distrito de Mariana. Outros, na medida em que o ouro foi se extinguindo, passaram a se dedicar às atividades agrícola e pecuária, mantendo-se na região e lá construindo descendência, destacando-se: Francisco Barreto Bicudo ou Francisco Barreto Palha, no povoado chamado *Barreto*.

Quanto aos portugueses que imigraram para a região desde o início do XVIII, salientam-se: Antônio Pereira, que tem o seu nome mantido até hoje em topônimo com esse mesmo nome, nas proximidades de Ouro Preto; João Gonçalves Gesteyra, denominando o povoado do *Gesteira*; Manoel de Crasto, na fazenda e estação ferroviária do *Crasto*; Antônio Thiago Salazar, na Fazenda do *Salazar*; Inácio Correia de Sá, na fazenda *Inácio Correia*; Marcelo Pinheiro, nos povoados *Pinheiros* e *Pinheirinhos*; Francisco Lopes, no lugar de pastagem denominado *Chico Lopes* e Paschoal Lopes, no lugar também de pastagem denominado *Pascoal Lopes*.

Sobre os apelidos de família LEITE DE VASCONCELLOS (1928:165-166) lista vários, tirados de nomes geográficos de Portugal: “*Uns provêm de nomes de povoações (cidades, vilas, aldeias), outros de quintas, propriedades, sítios; e assim por diante.*” Dentre eles, pode-se citar alguns, que vindos com os portugueses que migraram para o Brasil, deixaram de ser somente apelidos de família, passando a designar o lugar onde eles se fixaram, tornando-se, portanto, topônimos também no Brasil.

## 6. Conclusão

Como vimos, estimulado pela necessidade de nomear, diferenciar e indicar, fundamentado em seu entorno vivencial, o homem faz uso de variadas estruturas lingüísticas que combinam motivação, convenção e identificação, produto psíquico da história sócio-político-cultural de um povo. Em se tratando da onomástica, com o passar dos anos, essa rede referencial se torna opaca, constituindo-se, desse modo, uma referência exata: a pessoa identifica alguém ou uma determinada localidade sem, entretanto, atribuir-lhe um significado, preserva o referente, mas não preserva a informação. É assim que os topônimos e os antropônimos mais comumente permanecem na língua.

Acreditamos que a cristalização semântica, principalmente de topônimos, ou seja, a sua persistência como signo geográfico, mesmo quando seus elementos componentes deixaram de ser facilmente identificáveis pela população local adquire considerável importância em uma pesquisa de caráter sócio-histórico, podendo se revestir, conforme observa DICK (1990:42), “*como fonte de conhecimento, não só da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário.*”

## 7. Referências Bibliográficas

BYNON, Teodora. Can there ever be a Prehistorical Linguistics? In: *Cambridge Archaeological Journal* 5:2. London, 1995, p.261-265.

CARVALHO, Amadeu Ferraz de. Da actual feição da antroponímia portuguesa. In: *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 1927.

DICK, M. Vicentina de P. do A. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. Vicentina de P. do A. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Acta Semiótica et Lingvistca*. SPPL – SP. Editora Plêiade, v.7, p. 97-122, 1998

DICK, M. Vicentina de P. do A. Métodos e Quesotes Terminológicas na onomástica. Estudo de Caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: *Investigações Lingüísticas e Teoria Literária*. Recife, UFPE: v. 9, p.119-148, 1999.

DICK. M. Vicentina de P. do A. A Investigação Lingüística na Onomástica Brasileira. *Estudos de Gramática Portuguesa III*. Frankfurt am Main, v.III, p.217-239, 2000.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p.49-76.

LIBERATO, Yara. *A estrutura do SN em português: uma abordagem cognitiva*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Tese de doutorado, inédita, 1997.

LEITE DE VASCONCELOS, J. *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

LYONS, John. *Semântica*. Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1977.

MILNER, Jean-Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.85-126.

MILROY, L. *Language and social networks*. 2.ed. Oxford, Basil, Blackwell, 1987.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. *The Meaning of Meaning*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1923.

OLIVEIRA, Fátima. Semântica. *Introdução à Lingüística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996, p.332-382.

SEABRA, M. Cândida T. C. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Tese de doutorado, inédita, 2 v., 2004.

ULLMANN, S. *The Principles of Semantics*. Glasgow: Jackson & Oxford Blackwell, 1957.